

# Termo de Referência 116/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
116/2024	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	DEVANIA ARAUJO DE FIGUEIREDO VARELLA	05/11/2024 17:53 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		SEI 10339/2024

## 1. TR curso Cálculos Trabalhistas

### TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO	Contratação de empresa para promoção do curso “ <b>Fiscalização de Contratos - Cálculos e Análise de Documentos Trabalhistas e Previdenciários para prevenir a Responsabilidade Subsidiária da Administração - Atualizado com o Novo Decreto 12.174/24 e a IN 81/2024, Decreto 10.854/2021</b> ”.
	<p>O cálculo trabalhista é fundamental para a fiscalização administrativa dos contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra.</p> <p>Neste tipo de contratação a Administração Pública precisa fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas para evitar a responsabilização subsidiária em caso de descumprimento dessas obrigações pelas empresas contratadas.</p> <p>Um curso nesta área visa a prover os servidores responsáveis pela fiscalização administrativa da documentação trabalhista e previdenciária dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra com o conhecimento necessário para realizar corretamente as atividades, sobretudo a conferência dos cálculos das contribuições trabalhistas e previdenciárias, INSS, FGTS, férias e terço constitucional de férias, 13º salários, repouso semanal remunerado, impacto de faltas etc.</p>

## 2. JUSTIFICATIVA

Portanto, o longo período sem participar de capacitação específica na área pretendida, tendo em vista o advento da IN 05/2017, bem como da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), cujas disposições trazem regramentos os quais repercutem diretamente em contratações de serviços terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, acarretam risco considerável para administração.

Ademais, a capacitação em apreço propiciará, também, uma análise da documentação de forma mais criteriosa e em consonância com os preceitos legais vigentes, a fim de possibilitar uma efetiva economia de recursos, otimizando a qualidade das contratações e, ainda, contribuindo para higidez da execução orçamentária deste TRE, reduzindo riscos.

Some-se a isso o fato de o ambiente de treinamento criar uma atmosfera que viabiliza o intercâmbio de informações e experiências de servidores de outros órgãos, possibilitando o conhecimento de outras realidades e dificuldades que poderão ser evitadas ou mitigadas por este Tribunal.

**Metodologia:** O curso deve ser oferecido na modalidade telepresencial, com aulas síncronas ministradas por instrutor.

O curso deverá ser conduzido na modalidade telepresencial, por meio de videoconferência, 100% ao vivo, em plataforma de transmissão online, com interação através de chat e possibilidade de participação ao vivo na transmissão, aulas expositivas e apostila em formato digital.

**Carga/horária mínima:** 24 horas, distribuída em 3 dias.

**Conteúdo programático mínimo:**

1. Folha de Pagamento:

- Base legal
- Conceitos básicos
- Parcelas integrantes da Remuneração
- Parcelas não integrantes da Remuneração
- Salário x Remuneração
- Salário mínimo
- Cálculo de salário
- Proventos/vencimentos

### 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Adicional de insalubridade
- Adicional de periculosidade
- Adicional noturno
- Horas extras
- Hora extra noturna
- Descanso Semanal Remunerado
- 2. Descontos
  - Adiantamento
  - Faltas/ausências:
    - a. Justificadas
    - b. Injustificadas
  - Descanso Semanal Remunerado
  - Vale transporte
  - INSS
  - IRRF
- 3. Salário família
- 4. Salário maternidade
- 5. 13º salário:
  - Base legal
  - Conceitos básicos
  - Faltas e afastamentos
  - Base de cálculo
  - INSS e IRRF
  - FGTS
- 6. Salário maternidade
- 7. Férias:
  - Base legal
  - Férias parceladas
  - Base de cálculo

- Abono pecuniário
- Férias parceladas com abono
- Férias em dobro
- Formas de cálculo
- Encargos sobre férias
- INSS e FGTS
- IRRF

Remuneração de férias (cálculos):

- Férias em duas competências
- Abono pecuniário
- Férias parceladas
- Férias parceladas com abono
- Férias em dobro

8. Rescisão:

- Base legal
- Aviso prévio
- Aviso prévio indenizado
- Integração ao tempo de serviço
- Dispensa do cumprimento do aviso prévio
- Tipos de rescisão
- Sem justa causa
- Pedido de demissão
- Contrato a prazo determinado
- Fim do prazo
- Rescisão antecipada pelo empregador
- Rescisão antecipada pelo empregado
- Rescisão antecipada com cláusula assecuratória (art. 481)
- Justa causa
- Rescisão indireta
- Culpa recíproca

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Morte do empregado</li> <li>• Comum acordo</li> </ul> <p>Verbas rescisórias</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Saldo de salários</li> <li>• Aviso prévio</li> <li>• Indenização art. 479 e 480</li> <li>• 13º salário proporcional</li> <li>• Férias vencidas</li> <li>• Férias proporcionais</li> <li>• Multa do FGTS</li> <li>• Indenização do art. 9º da Lei 7238/84</li> <li>• Aviso prévio indenizado</li> </ul>
4. PÚBLICO ALVO	3 servidores que atuam na Seção de Gestão de Contratos.
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO INSTRUTOR	
6. DISPOSIÇÕES GERAIS	<p>A solução que apresentou-se mais viável por atender a todas as demandas elencadas no ETP é o curso promovido pela OneCursos, considerando, sobretudo, a formação e experiência do instrutor, que configura como um dos principais nomes no universo da matéria de cálculos trabalhistas. Cabe destacar que o instrutor Nelson dos Santos e Silva ministra o mesmo curso em outras empresas e possui diversos atestados de capacidade técnica, juntados aos autos.</p> <p>Ademais, cabe destacar que o valor da inscrição para o curso da OneCursos apresenta valor similar ao de outras soluções encontradas no mercado, apresentando, inclusive, a vantagem de uma carga horária maior e a realização em período mais oportuno para os servidores da SEGEC.</p>

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

de 13 de novembro de 2020.

**DEVANIA ARAUJO DE FIGUEIREDO VARELLA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 05/11/2024 às 17:53:15.*